

**INSTITUTO
FEDERAL**

Pará

Campus
Altamira

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM SEGURANÇA DO TRABALHO
SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO**

**Altamira – PA
Maio de 2019**

CLAUDIO ALEX JORGE DA ROCHA
Reitor

ELENILZE GUEDES TEODORO
Pró-Reitora de Ensino

FABRICIO MEDEIROS ALHO
Pró-Reitor de Extensão e Relações Externas

ANA PAULA PALHETA SANTANA
Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

DANILSON LOBATO DA COSTA
Pró-Reitor de Administração

RAIMUNDO NONATO SANCHES SOUZA
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

ROSANGELA MARIA TORRES EMERIQUE
Diretora Geral do Campus Altamira

ADRIANA DO SOCORRO LINS OLIVEIRA
Diretor de Ensino do Campus Altamira

LUCAS CELESTINO AZEVEDO PEREIRA
Diretor de Pesquisa, Pós-Graduação, Inovação e Extensão do Campus Altamira

EQUIPE DE ELABORAÇÃO:

Brena Pollyanna Pereira Mota

Caio Tulio Pompeu Borges

Fernanda dos Santos Sousa

Isaac Harillo Jerez

Laísa Maria de Resende Castro

Lucas Celestino Azevedo Pereira

Mariano Luiz Sousa Santos

Sandriely da Anunciação Furtado

Vanderlene Covre Rocha

COORDENAÇÃO DE CURSO:

ASSESORIA PEDAGÓGICA:

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome do IF/Campus	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, IFPA - Campus Altamira
CNPJ	10.763.998/0008-06
Esfera Administrativa	Federal
Endereço	Rodovia Ernesto Acioly, km 3, S/N, Bairro Nova Colina, Cidade Altamira, CEP: 68.370-240
Cidade/UF/CEP	Altamira / PA / 68.370-240
Telefone	(93) 991331077
Site do campus	http://altamira.ifpa.edu.br/
Eixo Tecnológico	Segurança
Carga Horária Total	1788 H/A / 1490H/R

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Gráfico da Estrutura Curricular Geral do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio - IFPA Campus Altamira.	15
Quadro 1 - curricular do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do IFPA Campus Altamira.	16
Quadro 2 – Disciplina: Administração no Trabalho	17
Quadro 3 – Disciplina: Comunicação Oral e Escrita.....	18
Quadro 4 - Disciplina: Desenho Técnico Aplicado	19
Quadro 5 - Disciplina: Estatística Básica.....	20
Quadro 6 - Disciplina: Higiene e Segurança do Trabalho I	21
Quadro 7 - Disciplina: Informática Aplicada.....	22
Quadro 8 - Disciplina: Introdução a Metodologia Científica.....	23
Quadro 9 - Disciplina: Ergonomia.....	24
Quadro 10 - Disciplina: Higiene e Segurança do Trabalho II	25
Quadro 11 - Disciplina: Organização e Normas do Trabalho	26
Quadro 12 - Disciplina: Prevenção e Controle de Perdas	27
Quadro 13 - Disciplina: Relações de Trabalho no Mundo Contemporâneo	28
Quadro 14 - Disciplina: Segurança na Construção Civil.....	29
Quadro 15 - Disciplina: Tecnologia de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico..	30
Quadro 16 - Disciplina: Higiene e Segurança do Trabalho III	31
Quadro 17 - Disciplina: Instrumentação Técnica.....	32
Quadro 18 - Disciplina: Primeiros Socorros.....	34
Quadro 19 - Disciplina: Proteção Ambiental.....	35
Quadro 20 - Disciplina: Saúde Ocupacional.....	36
Quadro 21 - Disciplina: Segurança no Trabalho Rural	37
Quadro 22 - Disciplina: Segurança no Trabalho Industrial	38

Quadro 23 - Corpo Docente para o curso Técnico de Segurança do Trabalho.....	50
Quadro 24 - Técnicos administrativos para o curso Técnico de Informática.	51
Quadro 25 - Infraestrutura Física Campus Altamira.	52

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	7
2 JUSTIFICATIVA.....	8
3 OBJETIVOS.....	11
3.1 OBJETIVO GERAL	11
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
4 REGIME LETIVO	12
5 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO	13
6 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO.....	13
7 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ITINERÁRIO FORMATIVO	15
8 ESTRUTURA CURRICULAR	17
8.1 EMENTAS.....	17
8.1.1 Primeiro Semestre Letivo	17
8.1.2 Segundo Semestre Letivo	24
8.1.3 Terceiro Semestre Letivo.....	31
9 PRÁTICA PROFISSIONAL.....	39
9.1 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	40
10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	41
11 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	41
12 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	43
13 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	47
14 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO	48
15 SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	49
16 DESCRIÇÃO DO CORPO SOCIAL DO CURSO.....	49
16.1 DOCENTES	50
16.2 TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO	51
17 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS	52
17.1 LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA.....	53
17.2 LABORATÓRIO DE HIGIENE OCUPACIONAL E ERGONOMIA	53
17.3 LABORATÓRIO DE LABORATÓRIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL.....	53

17.4 LABORATÓRIO DE SUPORTE BÁSICO À VIDA; LABORATÓRIO DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS	53
18 ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO.....	54
19 POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	54
20 DIPLOMAÇÃO	56
21 REFERÊNCIAS.....	57

1 APRESENTAÇÃO

O presente documento é uma ferramenta norteadora para o desenvolvimento do curso técnico em segurança do trabalho no IFPA *campus* Altamira o qual faz parte do eixo tecnológico de segurança segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2016). É um documento vivo que estará em constante modificação de acordo com as necessidades contatadas pelos educadores, estudantes e toda a comunidade interna e externa da instituição.

A formação profissional do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, é um curso de educação profissional de nível técnico, que atende ao disposto na lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96, com dispositivos alterados pela lei nº 11.741/08, na lei nº 11.788/08, no decreto nº 5.154/04, na Lei Nº 11.892 de 20 de Dezembro de 2008, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, no Parecer Conselho Nacional de Educação (CNE)/Câmara de Educação Básica (CEB) nº 11/2012, na Resolução CNE/CEB nº 06/2012, no Regulamento Didático Pedagógico da educação profissional integrada deste instituto.

Em consonância com as diretrizes curriculares nacionais para educação profissional técnica de nível médio (BRASIL, 2012) este curso tem a finalidade de desenvolver a cidadania e a profissionalização, tendo o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico, e nunca confundir o destino final da formação em segurança no trabalho como preparação para ocupar uma vaga de emprego, a qual deve ir muito além.

O *campus* Altamira mediante esta formação, desenvolverá momentos interdisciplinares entre as disciplinas do curso e ações educativas inerente ao curso assim como a importância da educação ambiental, educação no trânsito entre outros temas que serão contemplados de acordo com o planejamento que não se encerrará na impressão deste documento.

2 JUSTIFICATIVA

O *campus* Altamira do IFPA atende uma região envolta em profundas transformações que afetam diretamente todas as esferas da vida. Localizada na Amazônia Legal, sudeste do Pará, às margens do Riu Xingu e da BR-230 (Rodovia transamazônica), enfrentou desde seus inícios as tensões entre os projetos de modernização e ocupação do território – quase sempre verticalizados, oriundos dos distantes centros decisórios nacionais - e diversas formas tradicionais de organização social – como comunidades de pescadores ou povos indígenas.

Da propaganda que falava em “terras sem homens, para homens sem terra”, *slogan* do regime militar da época do general Médici, à construção da hidrelétrica de Belo Monte, Altamira e as localidades vizinhas que encontram nela um importante “polo” recebem enormes contingentes humanos oriundos tanto do norte e nordeste, quanto de todas as partes do país, redefinindo as atividades produtivas, as práticas culturais, a infraestrutura local, assim como as feições do próprio território.

A construção de estradas e a implantação de projetos de colonização e reforma agrária na Amazônia, sobretudo a Transamazônica [...] foi determinante como espaço de inserção e de sociabilidade das famílias de trabalhadores rurais que chegavam diariamente em ônibus ou caminhões “paus-de-arara”, vindos principalmente do Nordeste e Centro-Sul do país, em busca das terras cujas notícias chegavam por meio de amigos, parentes ou mesmo através da propaganda oficial (NETO, 2013, p.3).

O desencaixe causado pelo desaparecimento ou redefinição das velhas formas de organização social e o aparecimento de novas oportunidades e carências implicam em desafios constantes para a atuação do Estado. As demandas por infraestrutura ligadas ao saneamento básico, transporte, moradia; a preocupação com os profundos impactos ambientais, econômicos e sociais – que tanta visibilidade nacional deram à Altamira, seja pela atuação de movimentos sociais e lideranças locais, como pelas altíssimas taxas de homicídios da região – se somam àquelas relacionadas com as práticas produtivas e com os serviços públicos, com a formação de mão-de-obra qualificada; mas também com a produção de sujeitos cada vez mais capazes de repensar o seu mundo e atuar sobre ele.

Todas estas modificações do cenário político, social, econômico e cultural da região de Altamira reforçam a necessidade de uma base educacional compromissada com a intenção de poder superar ou amenizar as diversas mazelas

sociais. Logicamente a educação não irá alcançar este objetivo sozinha, mas o ensino de qualidade desde a mais tenra idade e, neste caso específico, o curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio, podem estimular a formação de cidadãos em meios às turbulências geradas em nome do progresso.

O *Campus* Altamira procura adequar a sua atuação às feições e trajetórias de Altamira e dos municípios atendidos em sua área de abrangência. A cidade inicialmente se desenvolveu em função da rodovia Transamazônica, por onde recebe pessoas de várias regiões e escoar grande parte dos produtos e serviços necessários. Possui aeroporto ministrado pela INFRAERO e ainda conta com o Rio Xingu, navegável para algumas comunidades vizinhas, no entanto, impossibilitado para a navegação entre municípios longínquos ou para a utilização de embarcações de grande porte.

Neste rio foi implantado um grande empreendimento, a usina de Belo Monte, com impactos positivos e negativos, dependendo dos povos ou grupos econômicos a partir dos quais realizamos a avaliação. Novas ocupações surgiram em torno do empreendimento no Xingú e outras se vem profundamente ameaçadas, como a pesca, atividade central para comunidades ribeirinhas, por exemplo. Muitas pesquisas vem avaliando os prejuízos para a fauna e a flora, mas todos percebem a alteração de um cenário antes marcado por belas praias ou balneários como o pedral.

Altamira é assistida pelo governo federal, estadual e municipal, assim como empresas particulares que atendem em diversas necessidades relativas a coisa pública, o que também garante diversas possibilidades de atividades laborais para a comunidade altamirense e vizinha. Nesta região também encontramos a presença de campus da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Estadual do Pará (UEPA), polos de educação com grande influência na cidade de Altamira e nas regiões vizinhas seja na formação de profissionais para diversas áreas do conhecimento como para o desenvolvimento humano de cada cidadão. O IFPA faz parcerias com estas instituições e busca ter a tradição de uma escola de formação de excelência neste recôndito da Amazônia.

A territorialidade da cidade é resultado da junção de outras culturas da nação as quais se misturaram com costumes, crenças e estilos de viver da região de Altamira. Ela é marcada também por fatores relacionados com o clima, flora, fauna e consequências destes; os tipos de relação que há entre as pessoas e os rios, as

estradas, as rodovias e o espaço aéreo. A construção da hidrelétrica assim como tantas outras práticas alavancadas pelo poder central, modificaram o território influenciaram diretamente na identidade cultural dos povos da região, consequentemente, nas suas territorialidades.

O curso técnico na forma subsequente é uma das possibilidades da relação da educação profissional com a educação geral, portanto será uma contribuição na formação daqueles que concluíram o ensino médio e promoverá o desenvolvimento das capacidades técnicas e tecnológicas que dão base ao trabalho produtivo moderno. Se atende a uma demanda crescente em função das incontáveis obras; dos novos negócios; da potencialização da vocação agropecuária; e do aprimoramento dos serviços como o transporte, também pretende formar cidadãos preparados para atuar de forma crítica sobre o impacto e as modalidades de intervenções em seu habitat.

A formação, portanto, terá o trabalho em seu sentido ontológico e histórico como princípio educativo, homens e mulheres como seres históricos e sociais construtores de sua própria existência. A pesquisa será um princípio pedagógico para que estes possam buscar a autonomia mediante conhecimento não somente superficial, mas que possa conduzir ao conhecimento da letra e do mundo e assim produzir uma consciência verdadeira.

Esta concepção de trabalho pode ser desenvolvida a partir de várias atividades no eixo tecnológico de segurança, o qual, segundo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2016, p. 243), “compreende tecnologias relacionadas à infraestrutura e aos processos de prevenção e proteção de indivíduos e patrimônio. Abrange segurança pública, segurança privada, defesa social e civil e segurança do trabalho”.

A área da segurança é uma preocupação para todos os locais que a atividade humana corre riscos de algum dano, algo que ultrapassa a dimensão física, uma vez que não podemos olvidar as dimensões psicológicas, econômicas e sociais do trabalho. Buscará promover a melhoria das condições sobre as quais se desenvolvem essas práticas, abrangendo áreas diversas de atuação profissional. Supermercados, empresas de construção civil, lojas, serrarias, aeroportos, hospitais, indústrias e diversas áreas do funcionalismo público, são alguns dos ambientes de atuação do Técnico em Segurança do Trabalho.

O curso se situa no eixo tecnológico de segurança, organizado no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2016) com carga horária mínima definida de 1200 horas, com possibilidade de ascensão dos estudos nesta área, o qual indica, dentre outras coisas, que este eixo tecnológico de segurança compreende tecnologias relacionadas “à infraestrutura e aos processos de prevenção e proteção de indivíduos e patrimônio. Abrange segurança pública, segurança privada, defesa social e civil e segurança do trabalho” (CNCT, 2016, p.243).

Trata-se, portanto, de um curso que exige um corpo docente interdisciplinar e constantemente atualizado frente a condições sempre novas. A missão geral do IFPA – “de promover a educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades por meio do ensino, pesquisa e extensão” – encontra no curso técnico subsequente em segurança do trabalho uma maneira de atender as necessidades específicas da região.

3 OBJETIVOS

A fim de Cumprir com a missão geral do IFPA, torna-se necessário alcançar determinados objetivos macros e específicos para alcançarmos excelência na formação dos discentes.

3.1 OBJETIVO GERAL

Formar profissionais habilitados a estimular a promoção da “Qualidade de Vida Laboral”, por meio da preservação da saúde dos trabalhadores e da segurança nos processos, ambientes de trabalho e meio ambiente além de desenvolver as competências as específicas da habilitação técnica de nível médio de Segurança do Trabalho, determinados. a partir da análise do processo produtivo deste segmento, respeitando, valores políticos e éticos, bem como mantendo compromisso com a qualidade, o trabalho, a ciência, a tecnologia e as práticas sociais relacionadas aos princípios da cidadania responsável.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Capacitar os egressos do nível médio, nos termos da legislação vigente, para desempenhar atividades no setor produtivo e de serviços em nossa região, através de técnicas de prevenção de acidentes no trabalho;
- Identificar as doenças decorrentes do trabalho, através de ações e programas específicos;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida e promoção da saúde dos trabalhadores;
- Desenvolver nos discentes a capacidade de elaboração ou participação de programas e projetos específicos na sua área de atuação;
- Levar os discentes a executar ações abrangendo desde a implantação de políticas institucionais na área de segurança e saúde do trabalhador, como elaboração de pareceres técnicos;
- Promover a integração dos alunos com empresas e instituições visando o conhecimento do mercado e da realidade pós Escola.
- Habilitar os profissionais para prever e reconhecer os riscos ambientais;
- Ajustar subsídios para criação de um senso crítico como base para o estabelecimento de prioridades e metas de avaliação e controle dos riscos ambientais; Estudar a metodologia de avaliação dos riscos e da exposição dos trabalhadores.

4 REGIME LETIVO

O Curso Técnico em Segurança do Trabalho na Modalidade Subsequente está estruturado em regime semestral e com duração mínima de 3 (três) semestres (1.490 horas/relógio equivalentes a 1.788 horas/aula). A carga horária do curso está distribuída da seguinte forma: a) disciplinas obrigatórias: 1.200 horas; b) estágio supervisionado: 240 horas; c) projeto integrador: 20 horas; d) atividades complementares: 30 horas.

Os componentes curriculares serão trabalhados com a hora-aula de 50 minutos e serão ministradas no turno noturno. A modalidade de oferta é presencial e o período letivo regular, independente do ano civil. O período letivo obedecerá ao

calendário acadêmico apresentado anualmente pela Pró-reitora de ensino – PROEN, e aprovado pelo Conselho Superior do IFPA.

O período mínimo de integralização das disciplinas é de 3 (três) semestres e o máximo de 5 (cinco) semestres. O Campus Altamira do IFPA oferecerá até 2 (duas) turmas anualmente, sendo 1 (uma) turma em por semestre letivo e cada turma será composta por 30 (trinta) estudantes, conforme planejamento de ofertas de vagas do campus.

5 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O curso técnico subsequente em Segurança do Trabalho ofertado pelo IFPA Campus Altamira será destinado para os que concluíram o ensino médio e este ingresso será regido mediante os critérios estabelecidos no Regimento Didático Pedagógico da Instituição.

A forma de acesso será feito através de edital específico que irá detalhar a forma de ingresso, obedecendo à lei nº 12.711/2012, que estabelece reserva de vagas a estudantes de escola pública, e demais legislações pertinentes para candidatos egressos do Ensino Médio.

Além do processo seletivo mediante edital, o ingresso também poderá ser por transferência de discentes vindos de outros institutos federais, condicionado à existência de vagas e possibilidade de adaptação curricular; decorrente de convênio, intercâmbio ou acordo cultural, também condicionada à existência de vagas e possibilidade de adaptação curricular.

6 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O concluinte do curso técnico em segurança do trabalho terá uma formação a qual será concebida mediante a contribuição dos professores das disciplinas, dos técnicos em educação da instituição, da infraestrutura para o desenvolvimento do curso, as políticas de permanência do estudante na escola, os momentos formativos extra escolar, a bagagem cultural de cada estudante e o conhecimento desenvolvido mediante as pesquisas que possibilita a autonomia

formativa. Estes e outros indicativos propiciarão a construção do perfil do estudante do curso em voga.

Processos pedagógicos de ensino e aprendizagem que dará subsídios para a construção do perfil de cidadão e profissional para desempenhar os desafios de construir a própria existência e ajudar os que possam necessitar de sua contribuição. A ética, a solidariedade, a consciência verdadeira, a capacidade de se reinventar nas atividades exigidas no trabalho, saber se comunicar, produzir e usufruir dos bens materiais e imateriais.

Uma formação que não produza pessoas bem ajustadas, mas pessoas capazes de se reinventarem em qualquer situação, portanto uma educação para emancipação e não se limite à preparação para as exigências de acomodação ao mercado, e nem fique em uma preparação aligeirada ou apenas certificatória.

Em referência ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos o perfil profissional de conclusão do técnico em segurança do trabalho realiza diversas ações relacionadas com a segurança como: analisar, inspecionar, elaborar, divulgar, identificar, levantar, utilizar, produzir entre outros. No catálogo nacional assim está as atividades do profissional que conclui o curso (CNCT, 2016, p. 245):

Analisa os métodos e os processos laborais. Identifica fatores de risco de acidentes do trabalho, de doenças profissionais e de trabalho e de presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador. Realiza procedimentos de orientação sobre medidas de eliminação e neutralização de riscos. Elabora procedimentos de acordo com a natureza da empresa. Promove programas, eventos e capacitações. Divulga normas e procedimentos de segurança e higiene ocupacional. Indica, solicita e inspeciona equipamentos de proteção coletiva e individual contra incêndio. Levanta e utiliza dados estatísticos de doenças e acidentes de trabalho para ajustes das ações preventivas. Produz relatórios referentes à segurança e à saúde do trabalhador (CNCT, 2016, p. 245).

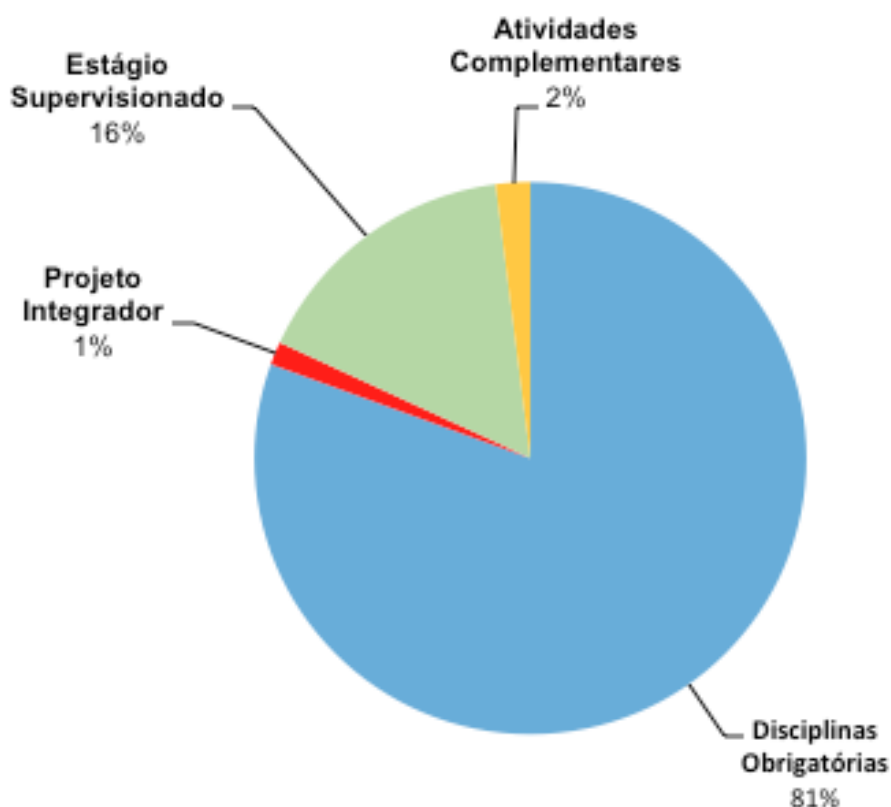
Portanto, são diversos princípios e fundamentos de técnicas, diretrizes e percursos que contribuirão para a conclusão e construção do perfil profissional, o que necessitará da vontade ético-política de todos os envolvidos neste processo, seja os dirigentes/diretores, professores, técnicos em educação, estudantes e seus familiares e a comunidade extra escolar para que todo o trabalho caminha em direção de mudanças sociais benéficas.

7 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ITINERÁRIO FORMATIVO

A representação gráfica do perfil de formação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho na modalidade Subsequente apresenta a organização da estrutura formativa. O percentual dos componentes curriculares está distribuído de acordo com a especificidade da área de formação técnica, conforme expõem a Figura 01 e o Quadro 01.

O itinerário formativo do Curso Técnico em Segurança do Trabalho na modalidade Subsequente apresenta a estrutura do curso, indicando a distribuição das atividades curriculares segundo sua natureza acadêmica.

Figura 1 - Gráfico da Estrutura Curricular Geral do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente do IFPA Campus Altamira.



Quadro1 - Estrutura curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente do IFPA

Campus Altamira.

Campus Altamira		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho	Regime : Semestral	Ano 2019
Forma Subsequente		

COMPONENTES CURRICULARES	CHa/sem.	Cha	CHr Total	N/C
1º SEMESTRE				
Administração no Trabalho	4	80	67	N
Comunicação Oral e Escrita	3	60	50	N
Desenho Técnico Aplicado	3	60	50	N
Estatística Básica	3	60	50	N
Higiene e Segurança do Trabalho I	5	100	83	N
Informática Aplicada	4	80	67	N
Introdução à Metodologia Científica	2	40	33	N
Quantidade destas componentes	24	480	400	-
Ch/a semanal - Ch/a total semestral - Ch total				

COMPONENTES CURRICULARES	CHa/sem.	Cha	CHr Total	N/C
2º SEMESTRE				
Ergonomia	3	60	50	N
Higiene e Segurança do Trabalho II	5	100	83	N
Organização e Normas do Trabalho	3	60	50	N
Prevenção e Controle de Perdas	4	80	67	N
Relações de Trabalho no Mundo Contemporâneo	3	60	50	N
Segurança na Construção Civil	2	40	33	N
Tecnologia de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico	4	80	67	N
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	14	288	240	N
Prática Profissional (Projeto Integrador)	1	24	20	C
Quantidade destas componentes	24	792	660	-
Ch/a semanal - Ch/a total semestral - Ch total				

COMPONENTES CURRICULARES	CHa/sem.	Cha	CHr Total	N/C
3º SEMESTRE				
Higiene e Segurança do Trabalho III	5	100	83	N
Instrumentação Técnica	3	60	50	N
Primeiros Socorros	2	40	34	N
Proteção Ambiental	3	60	50	N
Saúde Ocupacional	5	100	83	N
Segurança no Trabalho Rural	3	60	50	N
Segurança no Trabalho Industrial	3	60	50	N
Quantidade destas componentes	24	480	400	-
Ch/a semanal - Ch/a total semestral - Ch total				

Síntese da estrutura curricular			
	Cha/ semanal	Cha	CHr
1 CH Disciplinas Obrigatórias	72	1752	1460
1 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	-	288	240
2 Prática Profissional (Projeto Integrador)	-	24	20
ATIVIDADES COMPLEMENTARES (Semestral)			
1º Semestre	-	12	10
2º Semestre	-	12	10
3º Semestre	-	12	10
TOTAIS	-	36	30
TOTAL DOS ITENS QUE COMPOEM ESTÁ ESTRUTURA CURRICULAR (CH total; Prática Profissional, estágio, TCC e outros)			
1490			
RESUMO E ANÁLISE QUANTITATIVA DA MATRIZ	CHa do curso em CHa	CHr do curso dessa estrutura	CH curso de acordo com legislação
CH do curso e CH Mínima do curso de acordo com a legislação	1788	1490	1200

8 ESTRUTURA CURRICULAR

Para compreensão mais profunda do perfil de formação do curso, segue o detalhamento da Estrutura Curricular com as respectivas ementas.

8.1 EMENTAS

As Ementas de cada Componente Curricular, listado nos quadros, abaixo foram organizadas e dispostas neste tópico pelo semestre letivo do componente, conforme está disposto na referida tabela.

8.1.1 Primeiro Semestre Letivo

Quadro 2– Disciplina: Administração no Trabalho

Disciplina:	Administração no Trabalho				
Período Letivo:	1º Semestre	CH:	67	Número de aulas:	80
Ementa:					
1. Introdução à Administração: funções, níveis e habilidades administrativas. 2.					

Processo administrativo integrado: planejamento, organização, liderança e execução e controle. 3. As organizações e a administração: conceitos e fundamentos. 4. A formação profissional no campo da Administração. 5. Teorias da Administração e das organizações. 6. As organizações e seu ambiente: conceitos, ambientes e ética e responsabilidade social corporativa. 7. Estrutura formal da organizacional. 8. Tipos de organizações. 9. Departamentalização. 10. Delegação de poder. 11. Centralização e descentralização. 12. Terceirização do trabalho no Brasil.

Bibliografia Básica:

1. CHIAVENATTO, I. **Administração nos novos tempos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
2. MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração revolução urbana à revolução digital**. São Paulo: Atlas, 2011
3. ROBBINS, S. P. **Administração: mudanças e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2000.
4. SILVA, R. O. **Teorias da administração**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

Bibliografia Complementar:

1. ABB NO BRASIL. **Política de segurança e saúde ocupacional**. 2008. Disponível em: <<http://www.abb.com.br/cawp/brabb154/0e3e26f3b7de8dbb032570970056e7b5.aspx>>. Acesso em: 09 mar. 2012.
2. DIEESE. **O processo de terceirização e seus efeitos sobre os trabalhadores no Brasil**. Relatório Técnico: 2003.
3. FACAC. **Administração de recursos materiais e patrimoniais**. Lins: 2005. Apostila. Disponível em: <<http://apostilas.netsaber.com.br/apostilas/1024.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

Quadro 3– Disciplina: Comunicação Oral e Escrita

Disciplina:	Comunicação Oral e Escrita				
Período Letivo:	1º Semestre	CH:	50	Número de aulas:	60
Ementa:					

1. Fundamentos da comunicação para a conversação e apresentação em público. 2. Técnicas e estratégias para a comunicação oral. 3. Leitura, interpretação e construção de textos. 4. Prática de correspondências. 5. Coesão e Coerência Textuais. 6. Norma culta e variação linguística.

Bibliografia Básica:

1. NADOLKIS, H. **Normas de comunicação em Língua Portuguesa**. 25ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.
2. BECHARA, E. **Gramática Escolar da língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
3. MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. **Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT**. 29a ed. São Paulo: Atlas, 2010.
4. MEDEIROS, J. B. **Português instrumental**. 9a ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

1. INFANTE, U. **Do Texto ao Texto: curso prático de leitura e redação**. São Paulo: Scipione, 2003.
2. CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
3. KASPARY, A. **Português para profissionais atuais e futuros**. 14 ed. Porto Alegre: Prodil, 1993.
4. MEDEIROS, J. B. **Correspondência: técnicas de comunicação criativa**. 18ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Quadro 4 - Disciplina: Desenho Técnico Aplicado

Disciplina:	Desenho Técnico Aplicado				
Período Letivo:	1º Semestre	CH:	50	Número de aulas:	60
Ementa:					
1. Normas básicas de desenho técnico: formatos de papel, dobradura, legenda, caligrafia técnica, escalas, linhas e espessuras, cotas. 2. Sistema de projeção ortogonal: planta baixa. 3. Levantamento arquitetônico. 4. Introdução aos sistemas CAD. 5. Representação com AutoCAD: mapa de risco.					
Bibliografia Básica:					
1. CRUZ, Michele David da; MORIOKA, Carlos Alberto. Desenho técnico: medidas e representação gráfica . São Paulo: Érica, 2014.					

2. MARTINS, Caliar Ferrari Martins. **Desenho Auxiliado por computador**. Brasília: Nt editora, 2014.
3. MONTENEGRO, Gildo A. **Desenho arquitetônico**. 4 ed. São Paulo: Blucher, 2001.

Bibliografia Complementar:

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6492**: Representação de projetos de arquitetura. Rio de Janeiro, 1994. 27 p.
2. _____. **NBR 8196**. Desenho técnico - emprego de escalas. Rio de Janeiro, 1999. 2 p.
3. _____. **NBR 8402**. Execução de caracter para escrita em desenho técnico. Rio de Janeiro, 1994. 4 p.
4. _____. **NBR 8403**. Aplicação de linhas em desenhos - Tipos de linhas - Larguras das linhas. Rio de Janeiro, 1984. 5 p.
5. _____. **NBR 10067**. Princípios gerais de representação em desenho técnico. Rio de Janeiro, 1995. 14 p.
6. _____. **NBR 10126**. Cotagem em desenho técnico. Rio de Janeiro, 1987. 13 p.
7. _____. **NBR 12298**. Representação de área de corte por meio de hachuras em desenho técnico. Rio de Janeiro, 1995. 3 p.

Quadro 5 - Disciplina: Estatística Básica

Disciplina:	Estatística Básica				
Período Letivo:	1º Semestre	CH:	50	Número de aulas:	60
Ementa:					
1. Conceitos básicos de estatística. 2. Números índices e indicadores de segurança do trabalho utilizados. 3. Técnicas de Amostragem. 4. Apresentação de tabelas e gráficos estatísticos. 5. Distribuição de frequência e variáveis utilizadas. 6. Medidas de tendência central. 7. Medidas separatrizes. 8. Medidas de dispersão. 9. Medidas de assimetria e probabilidade.					
Bibliografia Básica:					
1. BUSSAB, Wilton O.; MORETTIN, Pedro. A Estatística básica . 3ed. São Paulo: Atual, 1986.					
2. FONSECA, Jairo Simon; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de estatística .					

3ed. São Paulo:Atlas, 1988.

3. KAZMIER, Leonard J. **Estatística aplicada à economia e administração**. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.

Bibliografia Complementar:

1. LEVINE, D.M.; Berenson, M.L.; Stephan, D. **Estatística: Teoria e Aplicações**. Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. Rio de Janeiro, RJ. 2000.

2. MOORE, David. **A Estatística Básica e sua prática**. Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. Rio de Janeiro, RJ. 2000.

3. SPIEGEL, Murray R. **Estatística**. 3ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1993.

Quadro 6 - Disciplina: Higiene e Segurança do Trabalho I

Disciplina:	Higiene e Segurança do Trabalho I				
Período Letivo:	1º Semestre	CH:	83	Número de aulas:	100
Ementa:					
1. A história da Segurança do Trabalho; 2. Normas Regulamentadoras do trabalho; 3. Definição das atribuições do Técnico de Segurança do Trabalho; 4. Introdução aos Acidentes e doenças ocupacionais: conceitos, causas, fatores, custos, aspectos sociais e econômicos. 5. Conhecimento e Estudo dos conceitos de acidentes de trabalho (Prevenção e Legal) e dos Estudos dos Tipos de acidentes de Trabalho. 6. Comunicação de Acidente de Trabalho, Estabilidade acidentária, benefícios acidentários (Auxílio Doença Acidentário e Auxílio Acidente, Conhecimento das causas de acidentes de trabalho. 7. Conhecimento de atos e condições inseguras. 8. NR 01- Disposições Gerais; 9. NR 02 - Inspeção Prévia; NR 03 - Embargo e interdição; 10. NR 04 - Serviços Especializados em engenharia de segurança e medicina do trabalho; 11. NR 05 – CIPA; 12. NR 06 - EPIs - Equipamentos de Proteção Individual; 13. Equipamentos de proteção coletiva.					
Bibliografia Básica:					
1. BRASIL. NR, Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. NR-01 – Disposições Gerais. 2009. 2. BRASIL. NR, Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. NR-02 – Inspeção Prévia. 1983. 3. BRASIL. NR, Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. NR-03					

– Embargo e interdição. 2011.

4. BRASIL. NR, Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. **NR-04** – Serviços Especializados em engenharia de segurança e medicina do trabalho. 2011.

5. BRASIL. NR, Norma Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. **NR-05** – CIPA. 2011.

6. BRASIL. NR, Norma Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. **NR-06** – Equipamentos de Proteção Individual. 2015.

Bibliografia Complementar:

1 ARAUJO, A. d. **Legislação Trabalhista e Previdenciária Aplicada a Saúde e Segurança do Trabalhador**. São Paulo: AB . 2007.

2 MORAIS, C. R. **Perguntas e Respostas Comentadas em Segurança e Saúde do Trabalho**. Yendis, 2012.

Quadro 7 - Disciplina: Informática Aplicada

Disciplina:	Informática Aplicada				
Período Letivo:	1º Semestre	CH:	67	Número de aulas:	80
Ementa:					
1. Introdução à Informática. 1.1. Conceitos básicos de hardware e software; 1.2. Noções de funcionamento de computadores. 1.3. Conceitos básicos e ferramentas do sistema operacional (Windows). 2. Editores de Texto. 2.1. Funcionalidades, aplicações e recursos de edição e formatação; 2.2. Construção de documentos oficiais; 2.3 Índices Automáticos; 2.4. Trabalhando com Mala Direta. 3. Planilhas Eletrônicas. 3.1. Elaboração de planilhas e formatação; 3.2. Fórmulas e funções; 3.3. Criação de gráficos. 4. Gerenciadores de Apresentação. 4.1. Funcionalidades, aplicações e recursos de edição e formatação; 4.2. Recursos de apresentações, transição de slides e animações. 5. Internet. 5.1. Funcionalidades e recursos de navegação; 5.2. Critérios de busca; 5.3. Manipulação de troca de mensagens eletrônicas; 5.4. Ética e Segurança. 5.5. SIGAA: acesso e funcionalidades do módulo discente.					
Bibliografia Básica:					

1. FERREIRA, Maria Cecília. **Informática Aplicada**. 2ª ed. São Paulo: Érica, 2014.
2. GRUPO NT. **Informática Básica**. Brasília: NT Editora, 2014.
3. GRUPO NT. **Informática para o Trabalho**. Brasília: NT Editora, 2014.
4. MAÑAS, Antônio V. GIORDANO, Carlos V. **Aplicativos Comerciais: Suporte a Sistemas e Usuários**. 1ª ed. São Paulo: Érica, 2014.

Bibliografia Complementar:

1. BARRIVIERA, Rodolfo. OLIVEIRA, Eder D. **Introdução a Informática**. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2012.
2. MOREIRA, José Ricardo. **Introdução ao Uso dos Computadores**. Brasília: NT Editora, 2014.

Quadro 8- Disciplina: Introdução a Metodologia Científica

Disciplina:	Introdução a Metodologia Científica				
Período Letivo:	1º Semestre	CH:	33	Número de aulas:	40
Ementa:					
1. Ciência e outras formas de saber: processos de formação e de legitimação. 2. Método científico: objetividade e subjetividade; neutralidade axiológica; exterioridade; possibilidades de verificação (descrição e explicação, prova e demonstração). 3. Método científico: construção do objeto; indução, dedução e relação entre observação e teoria; hipóteses; experimentação, previsibilidade e controle. 4. Noções de história da ciência: paradigma e a estrutura das revoluções científicas. 5. Tipos de pesquisa científica: modelos de pesquisas quantitativas e qualitativas. 6. Ética e pesquisa: a dimensão política da ciência e da tecnologia. 7. Tipos de trabalhos acadêmicos. 8. Análise e escrita de textos científicos. 9. Padrões normativos da Associação Brasileira de Normas Técnicas.					
Bibliografia Básica:					
1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e Documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. 2. KUHN. Thomas. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998. 3. LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da metodologia científica. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.					

4. LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar:

1. CHALMERS, Alan. O que é ciência afinal? Brasília: Editora Brasiliense, 1993.
2. FEYERABEND, Paul. Contra o método. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
3. GLEISER, Marcelo. A dança do universo. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

8.1.2 Segundo Semestre Letivo

Quadro 9 -Disciplina: Ergonomia

Disciplina:	Ergonomia				
Período Letivo:	2º Semestre	CH:	50	Número de aulas:	60
Ementa:					
1. Definição, origem, objetivos e campos da atuação da ergonomia e modalidades de intervenção. 2. Sistemas homem-máquina. 3. Organização temporal do trabalho: trabalho em turnos e trabalho noturno, pausas, fadiga e monotonia. 4. A antropometria e sua aplicação em ergonomia. 5. O mobiliário no trabalho: características e dimensionamento. 6. NR8, NR17 e NR24. 7. O iluminamento, ruído e conforto térmico: NBR 5413 e NBR 10152. 8. Levantamento e transporte manual de cargas. 9. Lesões por esforços repetitivos (LER/DORT): definição, fatores causadores e contributivos. 10. Análise ergonômica de postos de trabalho: a demanda, a tarefa, o modo operatório, as condições ambientais.					
Bibliografia Básica:					
1. DUL, Jan; WEERDMEESTER, Bernard. Ergonomia prática . 3 ed. São Paulo: Blucher, 2012.					
2. IIDA, Itiro;GUIMARÃES, Lia Buarque de Macedo. Ergonomia : projeto e produção. 3 ed. São Paulo: Blucher, 2016.					
3. MORAES, Márcia Vilma Gonçalves de. Princípios ergonômicos . São Paulo: Editora Érica, 2014.					
Bibliografia Complementar:					

1. ABRAHÃO, J.; SZNELWAR, L.; SILVINO, A.; SARMET, M.; PINHO, D. **Introdução à ergonomia:** da prática à teoria. São Paulo (SP): Blucher, 2009.
2. MÁSCULO, F. S.; VIDAL, M. C. **Ergonomia:** trabalho adequado e eficiente. Rio de Janeiro: Elsevier/ABEPRO, 2011.
3. BRASIL. Portaria nº 3214, de 08 de junho de 1978: Aprova as normas regulamentadoras que consolidam as leis do trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho. **Norma Regulamentadora nº 17 (NR 17):** Ergonomia. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 1978c. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras/norma-regulamentadora-n-17-ergonomia>>. Acesso em: 17jan. 2018.

Quadro 10 - Disciplina: Higiene e Segurança do Trabalho II

Disciplina:	Higiene e Segurança do Trabalho II				
Período Letivo:	2º Semestre	CH:	83	Número de aulas:	100
Ementa:					
1. Inspeções de higiene e segurança em ambientes laborais; 2. Apresentação do Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT e do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA; 3. Preenchimento do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP. 4. NR 7- Programa de controle médico de saúde ocupacional; 5. NR9 - Programa de prevenção de riscos ambientais;					
Bibliografia Básica:					
1. BRASIL. NR, Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. NR-07 – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL. 2013.					
2. BRASIL. NR, Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. NR-09 – PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS. 2014.					
3. IVONE, S et al. Manual de Saúde e Segurança do Trabalho . 2 ed. São Paulo: LTR, 2008.					
Bibliografia Complementar:					
1. ARAUJO, A. d. Legislação Trabalhista e Previdenciária Aplicada a Saúde e Segurança do Trabalhador . São Paulo: AB. 2007.					
2. MORAIS, C. R. Perguntas e Respostas Comentadas em Segurança e Saúde					

do Trabalho. Yendis, 2012.

Quadro 11 - Disciplina: Organização e Normas do Trabalho

Disciplina:	Organização e Normas do Trabalho				
Período Letivo:	2º Semestre	CH:	50	Número de aulas:	60
Ementa:					
1. Organização: estrutura organizacional e modelos; 2. Empresa: classificação. 3. Cultura organizacional e motivação; 4. Organização do trabalho: estrutura organizacional; 5. Psicologia social aplicada à organização; 6. Legislação trabalhista, previdenciária e direito constitucional.					
Bibliografia Básica:					
1. COSTA, E. B. A organização formal e a organização informal . 2010. Disponível em: < http://www.webartigos.com/articles/36855/1/A-ORGANIZACAO-FORMAL-E-A-ORGANIZACAO-INFORMAL/pagina1.html#ixzz1LuoRx0av >. Acesso em: abr. 2011.					
2. DELGADO, M. G. Curso de direito do trabalho . 5. ed. São Paulo: LTr, 2017.					
3. SILVA, R. O. Teorias da administração . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.					
Bibliografia Complementar:					
1. BRASIL. Constituição Federal . Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm >. Acesso em: 09 mar. 2018.					
2. CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações . Rio de Janeiro: Campus, 2015.					
3. PINTO, R. Tópicos de gestão contemporânea [apostila]. Universidade Estadual do Ceará – UECE, 2006.					
4. SAYLES, L. R.; STRAUS G. Comportamento humano nas organizações . Atlas, 1969.					

Quadro 12 - Disciplina: Prevenção e Controle de Perdas

Disciplina:	Prevenção e Controle de Perdas				
Período Letivo:	2º Semestre	CH:	67	Número de aulas:	80
Ementa:					
1. Historia e evolução do prevencionismo;2. Prevenção de perdas;3.Causas de acidentes: fator pessoal de insegurança, ato inseguro, condição ambiente de insegurança;4. Análise de Operações: Acidentes e Incidentes; 5.Consequências do acidente: lesão pessoal e prejuízo material. 6. Agente do acidente e fonte de lesão.7. Confiabilidade de pessoas e equipamentos;8. Avaliação de perdas num sistema;9. Métodos de estimativas e perdas;10. Fatores de Prevenção e Controle de Perdas;11. O comportamento humano frente ao desperdício de materiais;12. Ferramentas de solução de problemas: PDCA e diagrama de Ishikawa; Kaizen – Melhoramentos contínuos;13. Ferramentas de planejamento e controle: 5S, 5W e 1H.					
Bibliografia Básica:					
1. FROTA, Alvaro.O barato sai caro: como reduzir custos através da qualidade. QUALITYMARK, 2011. 2. CONWAY, William E. Caçadores de desperdícios. QUALITYMARK, 2011. 3. TAVARES, Jose da Cunha.Noções de prevenção e controle de perdas em segurança do trabalho. SENAC, 2004. 4. WILSON, Mário Perez.Seis Sigma: compreendendo o conceito, as implicações e os desafios. QUALITYMARK, 2011. 5. PANDE, Peter S.; Estratégia Seis Sigma. QUALITYMARK, 2009. 6. BARBOSA FILHO, Antônio Nunes. Segurança do Trabalho e Gestão Ambiental. Editora Atlas. São Paulo. 4ª Edição (2011).					
Bibliografia Complementar:					
1. EDITORA SARAIVA. Segurança e Medicina do Trabalho, SARAIVA, 2011 2. EQUIPE ATLAS. Segurança e Medicina do Trabalho 3. Manuais de Legislação. ATLAS, 2011					

Quadro 13 - Disciplina: Relações de Trabalho no Mundo Contemporâneo

Disciplina:	Relações de Trabalho no Mundo Contemporâneo				
Período Letivo:	2º Semestre	CH:	50	Número de aulas:	60
Ementa:					
1. Trabalho e sociedade na sociologia clássica. 2. Processos de trabalho no mundo moderno. 3. Globalização, pós-modernidade e novas formas de trabalho. 4. Trabalho e construção de identidades. 5. Relações humanas: formas de interação e organização no trabalho. 6 Desajustamento e assédio moral. 7. Doenças psicossomáticas ligadas ao ambiente do trabalho.					
Bibliografia Básica:					
1. ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho . Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.					
2. BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo : a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2008.					
3. BERGAMINI, Cecília W. Psicologia aplicada à administração de empresas : psicologia do comportamento organizacional. São Paulo: Atlas, 2005.					
4. MONTEIRO, Antônio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. Acidentes do Trabalho e doenças ocupacionais . São Paulo: Saraiva, 2012.					
5. MOTA, Míriam Cristina Zaidan. Psicologia aplicada em segurança do trabalho . São Paulo: Ltr. Editora, 2010.					
6. SENNET, Richard. A cultura do novo capitalismo . Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.					
Bibliografia Complementar:					
1. ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.					
2. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.					
3. DURKHEIM, Émili. Da divisão do trabalho social . São Paulo: Martins Fontes, 1999.					
4. MARX, Karl. O capital . São Paulo: Difel, 1984. Livro 1, Volume 1.					
5. SENNET, Richard. O artífice . Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.					
6. WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo . São Paulo: Companhia das letras, 2004.					

Quadro 14 - Disciplina: Segurança na Construção Civil

Disciplina:	Segurança na Construção Civil				
Período Letivo:	2º Semestre	CH:	33	Número de aulas:	40
Ementa:					
1. Higiene e Segurança na construção Civil; 2. CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes na indústria da construção; 3. EPI – Equipamento de Proteção Individual e Equipamento de Proteção Coletivo. 4. Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – PCMAT. 5. Segurança em serviços de: Demolição, Escavações, Fundações e Desmonte de Rochas, Carpintaria, Armações de Aço e Estruturas de Concreto, Estruturas Metálicas e Operações de Soldagem e Corte a Quente, Alvenaria, Revestimentos e Acabamentos, Telhados e Coberturas. 6. Escadas, Rampas e Passarelas. 7. Medidas de Proteção contra Quedas de Altura. 8. Movimentação e Transporte de Materiais e Pessoas. 9. Transporte de Trabalhadores em Veículos Automotores. 10. AndAIMes e Plataformas de Trabalho. 11. Serviços em Flutuantes. 12. Locais Confinados. 13. Instalações Elétricas. 14. Máquinas, Equipamentos e Ferramentas Diversas. 15. Armazenagem e Estocagem de Materiais. 16. Sinalização de Segurança. 17. Treinamento. 18. Ordem e Limpeza. 19. Tapumes e Galerias.					
Bibliografia Básica:					
1. Sá, A. S.; Avelar, C.L.F.; Manual Prático - NR 18: Condições em meio ambiente do trabalho na indústria da construção. LTR Editora, 2010. 2. Sherique, J.; Aprenda Como Fazer - PPRA - PCMAT - PGR - LTCAT - LT - PPP – GFIP. LTR Editora, 2011. 3. IVONE, S et al. Manual de Saúde e Segurança do Trabalho. 2 ed. São Paulo: LTR, 2008.					
Bibliografia Complementar:					
1. NR, Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. 2004. 2. NR, Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. NR-18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção. 2009.					

Quadro 15 - Disciplina: Tecnologia de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico

Disciplina:	Tecnologia de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico				
Período Letivo:	2º Semestre	CH:	67	Número de aulas:	80
Ementa:					
1. Origem do Fogo; 1.1 Principio da Combustão: Fogo, Incêndio, Carga de Incêndio e Elementos essenciais do Fogo (Triangulo do Fogo); 1.2 Causas comuns de Incêndios; 2. Classes de Incêndio: Classes A, B, C e D; 3. Métodos de Extinção: Isolamento, Abafamento e Resfriamento; 4. Fases da combustão (inicial, queima livre e queima lenta); 5. Métodos de Transmissão de Calor: (Condução, Convecção e Radiação ou Irradiação); 6. Pontos da temperatura (fulgor, combustão e ignição); 7. Características Físicas e Químicas da Temperatura; 8. Medidas de proteção ativa e passiva; 9. Medidas de prevenção com depósito, manuseio e armazenagem de explosivos e inflamáveis; 10. Técnicas de Combate a Incêndio; 10.1 Características e aplicabilidade dos Extintores de Incêndio (CO₂, PQS, Espumas e Água); 11. Sistemas de Prevenção a Incêndios 11.1 Aparelhos: Extintores, Alarmes, Splinkers, Mangueiras, etc.); 12. Proteção Estrutural; 12.2 Escadas de Segurança; 12.3 Sinalização de Emergência; 13. Plano de Evacuação ou Evasão e Condutas de emergência; 14. Normas e Regulamentações e Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros; 15. Gestão da Qualidade Total na Segurança Contra Incêndio em Edifícios e Áreas de Risco.					
Bibliografia Básica:					
1. JR, A.B. Manual de Prevenção e Combate e Incêndios. São Paulo: SENAC, 2013. 2. PEREIRA, A. G. Segurança Contra Incendio. São Paulo: LTR, 2013. 3. POPOVIC, Raphael Rodriguez. Tecnologia em Segurança Contra Incêndios. São Paulo: LTR, 2007.					
Bibliografia Complementar:					
1. NR, Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. NR-16 – Atividades e operações perigosas. 2015. 2. NR, Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. NR-19 – Explosivos. 2011. 3. NR, Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. NR-20 – Segurança e Saúde no Trabalho com inflamáveis e combustíveis. 2011. 4. NR, Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. NR-23 –					

Proteção contra incêndios. 2011.

5. PEREIRA, Áderson G.; Popovic, Raphael R. **Segurança Contra Incêndios**. Editora LTR. São Paulo. 2009

8.1.3 Terceiro Semestre Letivo

Quadro 16 - Disciplina: Higiene e Segurança do Trabalho III

Disciplina:	Higiene e Segurança do Trabalho III				
Período Letivo:	3º Semestre	CH:	83	Número de aulas:	100
Ementa:					
1. NR21 – Trabalho a Céu Aberto. 2. NR22 – Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração. 3. NR28 – Fiscalização e Penalidades. 4. NR29 – Segurança e Saúde no Trabalho Portuário. 5. NR30 – Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário. 6. NR 33 - Norma Regulamentadora De Segurança E Saúde Nos Trabalhos Em Espaços Confinados. 7. NR 34 – Construção e Reparação Naval. 8. NR 35 – Trabalho em Altura.					
Bibliografia Básica:					
1. BRASIL. NR, Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. NR-21 – Trabalho a Céu Aberto. 1999.					
2. BRASIL. NR, Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. NR-22 – Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração. 2016.					
3. BRASIL. NR, Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. NR-28 – Fiscalização e Penalidades. 2016.					
4. BRASIL. NR, Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. NR-29 – Segurança e Saúde no Trabalho Portuário. 2014.					
5. BRASIL. NR, Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. NR-30 – Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário. 2015.					
6. BRASIL. NR, Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. NR-33 – Segurança E Saúde Nos Trabalhos Em Espaços Confinados. 2012.					
7. BRASIL. NR, Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. NR-34 – Construção e Reparação Naval. 2015.					
8. BRASIL. NR, Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. NR-35 – Trabalho em Altura. 2014.					

Bibliografia Complementar:

1. **Normas Regulamentadoras**. Disponível em:

https://webmail.muz.ifsuldeminas.edu.br/expressoMail1_2/index.php. Acesso em: 07 Julho 2013.

2. IVONE, S et al. **Manual de Saúde e Segurança do Trabalho**. 2 ed. São Paulo: LTR, 2008.

Quadro 17 - Disciplina: Instrumentação Técnica

Disciplina:	Instrumentação Técnica				
Período Letivo:	3º Semestre	CH:	50	Número de aulas:	60
Ementa:					
1. Avaliando do ruído ocupacional : aspectos básicos e uso de decibelímetros . 2. Avaliando o ruído ocupacional com dosímetros de ruído . 3. Instrumentação: avaliação de calor ocupacional. 4. Avaliação de particulados. 5. Avaliação de gases e vapores. 6. Avaliação de espaços confinados . 7. Avaliação do nível de iluminação com luxímetro. 8. Avaliação da temperatura, umidade e velocidade do ar. 9. Vibrações.					
Bibliografia Básica:					
1. PEIXOTO, NévertonHofstadler; FERREIRA, Leandro Silveira. Instrumentação. Santa Maria: UFSM, CTISM; Rede e-Tec Brasil, 2014. 2. _____. Higiene Ocupacional I. Santa Maria: UFSM, CTISM; Rede e-Tec Brasil, 2012. 3. _____. Higiene Ocupacional II. Santa Maria: UFSM, CTISM; Rede e-Tec Brasil, 2013. 4. _____. Higiene Ocupacional III. Santa Maria: UFSM, CTISM; Rede e-Tec Brasil, 2013. 5. BRASIL. Portaria nº 3214, de 08 de junho de 1978: Aprova as normas regulamentadoras que consolidam as leis do trabalho , relativas à segurança e medicina do trabalho. Norma Regulamentadora no 07 (NR 7): Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo , Brasília, 1978a. Disponível em :					

<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D308E21660130E0819FC102ED/nr_07.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

6. _____. Portaria nº 3214, de 08 de junho de 1978: Aprova as normas regulamentadoras que consolidam as leis do trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho. Norma Regulamentadora nº 15 (NR 15): Atividades e Operações Insalubres. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 1978b. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras/norma-regulamentadora-n-15-atividades-e-operacoes-insalubres>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

7. _____. Portaria nº 3214, de 08 de junho de 1978: Aprova as normas regulamentadoras que consolidam as leis do trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho. Norma Regulamentadora nº 17 (NR 17): Ergonomia. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 1978c. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras/norma-regulamentadora-n-17-ergonomia>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

Bibliografia Complementar:

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 5413: Iluminância de interiores. Rio de Janeiro, 1992.
2. _____. NBR 10151: Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade – Procedimento. Rio de Janeiro, 2000.
3. _____. NBR 10152: Níveis de ruído para conforto acústico. Rio de Janeiro, 1987.
4. _____. NBR 14787: Espaços confinados – Prevenção de acidentes, procedimentos e medidas de proteção. Versão Corrigida. Rio de Janeiro, 2001.
5. FUNDACENTRO. NHO 01. (Norma de Higiene Ocupacional 01). Procedimento técnico – avaliação da exposição ocupacional ao ruído. São Paulo: FUNDACENTRO, 2001a. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital?f=7&qp=10>>. Acesso em: 17 jan. 2018.
6. _____. NHO 04. (Norma de Higiene Ocupacional 04). Método de coleta e análise de fibras em locais de trabalho. São Paulo: Fundacentro, 2001b. Disponível

em: <<http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital?f=7&q=10>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

7. _____. NHO 06. (Norma de Higiene Ocupacional 06). Procedimento técnico – avaliação da exposição ocupacional ao calor _____. São Paulo : Fundacentro, 2002. Disponível em : <<http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital?f=7&q=10>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

8. _____. NHO 08. (Norma de Higiene Ocupacional 08). Coleta de material particulado sólido suspenso no ar de ambientes de trabalho (procedimento técnico). São Paulo : Fundacentro, 2009. Disponível em : <<http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital?f=7&q=10>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

9. _____. NHO 09. (Norma de Higiene Ocupacional 09). Procedimento técnico – avaliação da exposição ocupacional a vibrações de corpo inteiro . FUNDACENTRO, 2013a. Disponível em : <<http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital?f=7&q=10>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

10. _____. NHO 10. (Norma de Higiene Ocupacional 10). Procedimento técnico – avaliação da exposição ocupacional a vibração em mãos e braços _____. FUNDACENTRO, 2013b. Disponível em : <<http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital?f=7&q=10>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

Quadro 18 - Disciplina: Primeiros Socorros

Disciplina:	Primeiros Socorros				
Período Letivo:	3º Semestre	CH:	34	Número de aulas:	40
Ementa:					
1. Transporte de pessoas acidentadas.2. Responsabilidades do socorrista.3. Sinais Vitais.4. Avaliação da Vítima inicial, primária e secundária.5. Obstrução respiratória parcial e total.6. Parada Cárdio respiratória. Causas.7. Ressuscitação Cárdiopulmonar.8. Distúrbios do Calor.9. Corpos estranhos no organismo.10. Ferimentos.11. Hemorragias.12. Técnicas Hemostáticas.13. Entorses. Luxações e Fraturas.14. Técnicas de Imobilização.15. Intoxicação e envenenamento.16. Choque Elétrico.17. Picadas de animais peçonhentos.18. Afogamentos.					
Bibliografia Básica:					
1. MORAES, Vilma G. de. Atendimento Pré-Hospitalar: Treinamento da Brigada					

de Emergência do Suporte Básico ao Avançado; Iátria, 2010.

2. OSWALDO Michel; **Guia de primeiros socorros:** para cipeiros e serviços especializados em medicina, engenharia e segurança do trabalho; LTR Editora, 2003.

3. IVONE, S et al. **Manual de Saúde e Segurança do Trabalho.** 2 ed. São Paulo: LTR, 2008.

Bibliografia Complementar:

1.FALCÃO, L.F.R.; BRANDÃO J.C.M. **Primeiros Socorros.** Editora Martinari, 2010.

2.SOUZA,L.M.M.**Primeiros Socorros:** condutas técnicas. São Paulo: Latria, 2010.

Quadro 19 - Disciplina: Proteção Ambiental

Disciplina:	Proteção Ambiental				
Período Letivo:	3º Semestre	CH:	50	Número de aulas:	60
Ementa:					
1. Conceito de Gestão de Meio Ambiente. 1.1 Unidades de conservação. 2. Técnicas de Gestão Ambiental. 3. Gestão de Responsabilidade Social – SRGS da norma 8000. 4. Legislação Ambiental – Normas brasileiras (municipais e estaduais) e internacionais; 4.1 Características dos tipos de licenças emitidas. 4.2 Processo do licenciamento nas esferas federal, estadual e municipal. 5. Principais poluente. 6. Qualidade do ar, água e solo. 7. Plano de gerenciamento de resíduos. 8. Gerenciamento de áreas contaminadas. 8.1 metodologias e técnicas de levantamento dos agentes ambientais (riscos biológicos).					
Bibliografia Básica:					
1. BARBOSA FILHO, A. N. Segurança do Trabalho e Gestão Ambiental. Editora Atlas. São Paulo. 4ª Edição (2011);					
2.SEIFFERT, M. E. B.; Sistema de Gestão Ambiental (ISO 14001) e Saúde e Segurança Ocupacional (Ohsas 18001): Vantagens da Implantação Integrada, ATLAS, 2010.					
3. IVONE, S et al. Manual de Saúde e Segurança do Trabalho. 2 ed. São Paulo: LTR, 2008.					
Bibliografia Complementar:					

1. KIRCHNER,A., KAUFMANN, H., SCHMID, D., FISCHER. G.; **Gestão da Qualidade - Segurança do Trabalho e Gestão Ambiental**; Edgard Blucher, 2009.
2. NR, Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. **NR15 Anexo 14 – Atividades e Operações Insalubres - Agentes Biológicos**. 2005.
3. NR, Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. **NR25 – Resíduos Industriais**. 2005.

Quadro 20 - Disciplina: Saúde Ocupacional

Disciplina:	Saúde Ocupacional				
Período Letivo:	3º Semestre	CH:	83	Número de aulas:	100
Ementa:					
1. Conceitos e Legislação em Saúde do trabalhador. 2. Introdução a anatomia e fisiologia humana. 3. Riscos biológicos: bactérias, vírus, fungos, parasitas. 4. Patologias ocupacionais dos riscos físicos, químicos e biológicos, enfatizando as doenças comuns da região. 5. Doenças psicossomáticas relacionadas ao trabalho. 6. Prevenção das doenças ocupacionais.					
Bibliografia Básica:					
1. BRASIL. Casa Civil. Lei nº 8.080 , de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm >. Acesso em: 13 de dezembro de 2017.					
2. _____. Constituição Federal , de 05 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em:< http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf >. Acesso em: 13 de dezembro de 2017.					
3. _____. Ministério da Saúde. Doenças relacionadas ao trabalho : manual de procedimentos para os serviços de saúde. Ministério da Saúde, Representação no Brasil da OPAS/ OMS, Brasil: Ministério da Saúde, 2001. 580 p. Série A. Normas e Manuais Técnicos.					
4. _____. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.823 , de 23 de agosto de 2012, institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasil: Brasília, 2012.					

5. _____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Lei nº 13.467**, de 13 de julho de 2017 DOU de 14.07.2017, dispõe sobre as alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Brasília, 2017.
6. GONÇALVES, D.C.; GONÇALVES, I.C.; GONÇALVES, E.A. **Manual de segurança e saúde no trabalho**. 6. ed. São Paulo: LTR, 2015.
7. NEVES, D.P. **Parasitologia humana**. 13. ed. São Paulo: Atheneu, 2016.
8. MONTEIRO, A. L.; BERTAGNI, R. F. de S. **Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
9. TORTORA, G. J.; DERRICKSON, B. **Princípios de Anatomia e Fisiologia**. 14 eds. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

Bibliografia Complementar:

1. BRASIL. NR, Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. **NR-32** – Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Assistência à Saúde. 2014.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso**. – 7. ed. rev. – Brasília : Ministério da Saúde, 2008.
3. IVONE, S et al. **Manual de Saúde e Segurança do Trabalho**. 2 ed. São Paulo: LTR, 2008.
4. REY, L. **Parasitologia: parasitos e doenças parasitárias do homem nos trópicos ocidentais**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
5. TANK, P.W.; GEST, T. R. **Atlas de Anatomia Humana**. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Quadro 21 - Disciplina: Segurança no Trabalho Rural

Disciplina:	Segurança no Trabalho Rural				
Período Letivo:	3º Semestre	CH:	50	Número de aulas:	60
Ementa:					
1.Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura. 2.Segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados.					
Bibliografia Básica:					

1.NR, Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. **NR-31** – Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura. 2005.

2.NR, Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. **NR-36** – Segurança e Saúde no Trabalho em Empresas de Abate e Processamento de Carnes e Derivados. 2015.

Bibliografia Complementar:

1 SAAD, E. G. **Consolidação das Leis do Trabalho Comentada**. 40.ed. São Paulo: LTR, 2007.

2. IVONE, S et al. **Manual de Saúde e Segurança do Trabalho**. 2 ed. São Paulo: LTR, 2008.

Quadro 22 - Disciplina: Segurança no Trabalho Industrial

Disciplina:	Segurança no Trabalho Industrial				
Período Letivo:	3º Semestre	CH:	50	Número de aulas:	60
Ementa:					
1. Processos de Produção. 2. Fluxos de Produção. 3. Armazenamento de materiais. 4. Uso, conservação e inspeção de ferramental e material. 5. Máquina e transporte. 6. Generalidades e tipos de máquinas de transporte. 7. Transporte de cargas industriais, a granel e especiais. 8. NR-11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais. 9. NR-12 - Máquinas e Equipamentos. 10. NR-26 - Sinalização de Segurança. 11. Fundamentos da Eletricidade; Choque Elétrico. 12. Riscos Elétricos e Riscos Adicionais. 13. Medidas de Controle de Riscos Elétricos. 14. NR 10 - Instalações e Serviços em Eletricidade. 15. NR-13 - Caldeiras e Vasos de pressão. 16. NR -14 -Fornos.					
Bibliografia Básica:					
1. SALIBA, TuffiM. Insalubridade e Periculosidade, Aspectos técnicos e Práticos . LTR Editora, 2009.					
2. SALIBA, Tuffi M. Manual Prático de Avaliação e Controle de Vibração . LTR Editora, 2009.					
3. SALIBA, TuffiM. Manual Prático de Avaliação e Controle de Calor . LTR Editora, 2010.					

4. SALIBA, TuffiM.**Manual Prático de Avaliação e Controle de Poeira e Outros Particulados**.LTR Editora, 2010.

5. SALIBA, TuffiM.**Manual Prático de Avaliação e Controle do Ruído**. LTR Editora, 2010.

6. SALIBA, Tuffi M.; CORRÊA, Márcia A. C.; **Manual Prático de Avaliação e Controle de Poeira e Outros Particulados Gases e Vapores**. LTR Editora, 2009.

Bibliografia Complementar:

1. EDITORA SARAIVA.**Segurança e Medicina do Trabalho**, SARAIVA, 2011.

2. EQUIPE ATLA.**Segurança e Medicina do Trabalho**. Manuais de Legislação, ATLAS, 2011.

3. IVONE, S et al. **Manual de Saúde e Segurança do Trabalho**. 2 ed. São Paulo: LTR, 2008.

9 PRÁTICA PROFISSIONAL

A prática profissional é uma atividade acadêmica específica e tem como objetivo articular os fundamentos científicos e tecnológico, relacionando teoria e pratica no processo ensino-aprendizagem. Promover experiências no mundo do trabalho ou em ambientes de simulação na instituição de ensino, favorecendo a interdisciplinaridade entre os conteúdos, inerentes as atividades do técnico em segurança do trabalho.

Segundo a resolução nº 41/2015-CONSUP/IFPA que trata do Regulamento Didático-Pedagógico do Ensino do IFPA e a Instrução Normativa PROEN/IFPA⁰ 03/2018 é obrigatório a prática profissional e traz o trabalho como princípio educativo podendo ser desenvolvido mediante pesquisas acadêmicas-científicas, estudo de caso, visitas técnicas,micro estágio, atividade acadêmica-científico-cultural, laboratório em que possa ser desenvolvido simulações e observações, oficinas que trate de algumas atribuições deste referido curso técnico e projetos integradores e/ou pesquisa e/ou extensão entre outras possibilidades que propiciem a prática profissional ou que aproxime desta.

Neste projeto pedagógico de curso será desenvolvido o projeto integrador conforme instrução normativa PROEN/IFPA 004/2018, como modalidade de prática profissional, que tem como objetivo desenvolver estratégias de práticas integradoras

que estabeleçam vínculos entre as disciplinas, tanto as de formação geral como as de formação técnica, assim como as atividades de ensino, pesquisa e extensão, possibilitando o conhecimento coletivo e interdisciplinaridade.

10 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O estágio curricular supervisionado é mais uma oportunidade dos estudantes e futuros profissionais não entrarem na atividade propriamente dita sem uma experiência anterior de como é a realidade das ações do técnico em segurança do trabalho. O estágio será desenvolvido de acordo com a resolução nº 398/2017-CONSUP/IFPA

O total de horas dedicada ao estágio obrigatório é de 240 horas (20% da carga horário total de 1200). Segundo a lei 11.788/2008:

O estágio profissional supervisionado é realizado em situação real de trabalho, não é simulado e o ambiente não é controlado, como em laboratório – no estágio supervisionado o aluno, com acompanhamento direto do seu supervisor ou orientador de estágio, é colocado diante da realidade do mundo do trabalho e é chamado a enfrentar e responder a desafios inesperados e inusitados (BRASIL, 2003, p. 37).

A inserção do discente na vivência real do técnico em segurança do trabalho é uma atividade fundamental do curso, o qual será posto para aprender tanto com o professor orientador, o tutor da instituição que receberá o estagiário e o profissional em segurança do trabalho, o qual poderá ser o tutor.

É notório que todos os estudantes possuem uma bagagem cultural de conhecimentos, não são tábulas rasas assim como diz Paulo Freire, mas há a necessidade de um professor orientador por parte da instituição de ensino e no local de trabalho que receberá o estudante, a parte concedente, deverá ter um supervisor.

São requisitos para o estágio supervisionado estabelecidos neste plano de curso: o discente deverá estar devidamente matriculado no curso; o componente estágio obrigatório poderá ser iniciado a partir do terceiro semestre do curso.

Segundo a lei nº 11.788 no artigo 10, alínea II (BRASIL, 2008) o estágio da educação profissional técnica de nível médio não pode ultrapassar 6 horas diárias e 30 horas semanais. Também deverá seguir normas que se aplicam no IFPA.

11 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares são momentos formativos que corroborarão para o desenvolvimento do educando que não ficará restrito as programações educativas da instituição de ensino pertencente, neste caso o IFPA, mas poderá participar de eventos em outras instituições, cidades e atividades culturais e acadêmicas diversas que tenham a finalidade de contribuir com a formação humana não apenas unilateralmente.

A carga horária das atividades complementares será de 30 (trinta) horas, as quais deverão ser comprovadas através de documentos como certificados, declarações, diplomas, dentre outros que dão veracidade a tais atividades. A comprovação das atividades complementares se constitui como requisito para conclusão do curso e certificação. Serão válidas as atividades realizadas a partir do início do curso Técnico em Segurança do Trabalho e que possuam certa correlação com a referida área de formação.

As experiências formativas consideradas como atividades complementares estão descritas no Art. 91 do Regulamento Didático Pedagógico do IFPA (2015), dentre as quais adota-se:

- a) Participação em Congressos , Seminários, conferências, jornadas, fóruns, palestras e similares;
- b) Participação produções artísticas, apresentação oral de trabalhos , exposição de mostras e condução de cursos, minicursos, palestras e oficinas;
- c) Publicação de artigo científico/acadêmico em periódico especializado;
- d) Resumo de trabalho em evento acadêmico e/ou científico;
- e) Participação em cursos, minicursos, oficinas ou atividades culturais;
- f) Organização e participação em eventos acadêmicos e /ou científicos , tais como: semana cultural, ciclo de palestras, etc;
- g) Participação em projetos e programas de iniciação científica, iniciação à docência e projetos de extensão;
- h) Estágio extracurricular.

12 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

As metodologias e técnicas pedagógicas são entendidas aqui como a melhor forma de manter a relação do professor, conhecimento e estudante, para que seja possível mediante o ensino o alcance dos objetivos propostos para a aprendizagem, tendo como ponto de partida a realidade social e a chegada será esta realidade transformada.

O conhecimento prévio e a condição social-econômica do estudante deve ser considerado no desenvolvimento das atividades de ensino, na intenção de não criar maiores dificuldades sociais para participar das ações educativas da instituição como falta de computador com internet em casa, alimentação escassa, ausência de transporte para estar presente nos horários e atividades pré-determinadas.

Quanto ao conhecimento prévio, há estudantes que já trabalham na área do curso em voga ou que apresenta similaridade, o que gera uma interlocução entre o educador e os estudantes uma possibilidade a mais de estratégia de ensino, estes e os demais estudantes podem propor maneiras cabíveis de chegar ao conhecimento pretendido.

O trabalho é princípio educativo fundamental, os ambientes de trabalho e seus coletivos são fontes de temas a serem desenvolvidos nas aulas o que pode ser investigado mediante estudo de caso ou pesquisa de campo nestes respectivos espaços afim de reconhecer a linguagem utilizada entre os profissionais, a cadeia hierárquica, as ferramentas utilizadas, as maiores dificuldades para desempenhar as tarefas do ofício entre outros objetos de estudo.

Portanto a pesquisa será fator preponderante utilizado neste curso, não apenas *in locos*, mas nas diversas possibilidades que possa ocorrer a investigação, seja documental, bibliográfica e as formas já mencionadas. O aprofundamento no conhecimento científico dará confiança para desenvolver as atividades de ensino e aprendizagem e nos momentos da práxis profissional, do estágio supervisionado e nas diversas tarefas destinadas ao trabalhador.

O conhecimento científico formalizado nas instituições de ensino cobram algumas normas para desenvolver as pesquisas, construir textos, utilizar ideias de outros estudiosos e para tal o IFPA deverá proporcionar a utilização destas normativas e cultura científica na elaboração documentos e textos científicos, seja a ABNT, Vancouver ou outras que direcionam e são exigidas em diversos lugares.

A linguagem escrita e oral deve ser avaliada e incentivada, nos textos escritos e nas apresentações de seminários, nas rodas de conversas, nas

simulações de atuação do profissional, pois uma das dimensões do trabalho segundo Nosella (2007) é a comunicação/expressão, “ensinar a comunicar-se é ensinar a trabalhar, mesmo porque não se pode produzir sem antes entender o mundo e se comunicar com os homens” (NOSELA, 2007, p. 148).

A inclusão de temas transversais podem ser abordados de acordo a miríade de possibilidades como feiras de ciências, projetos temáticos, seminários, mesas redondas, diálogos com autoridades nas áreas pretendidas, conscientizações com cartazes, panfletos e entre outras técnicas que promova o reconhecimento de questões sociais relevantes como o respeito ao próximo; o trato com o idoso; a invisibilidade social; doenças sexualmente transmissíveis; crimes contra as crianças, mulheres, de gênero, da cor da pele; educação no trânsito; educação alimentar; higiene bucal; primeiros socorros; noções de combate a incêndio entre outros temas que poderão surgir pelo clamor social.

Várias estratégias podem ser utilizadas como a disciplinaridade, a interdisciplinaridade desde que os professores e estudantes tenham nestas modalidades o caminho melhor para alcançar os objetivos pretendidos neste curso, dar destaque para sempre fazer relação com as atividades reais exercidas pelo profissional técnico em segurança do trabalho.

Outras possibilidades de ações pedagógicas podem ocorrer como: visitas técnicas, relatórios de atividades, filmes e vídeos, exercícios na classe e extra classe, projetos integradores, aulas expositivas com momentos de diálogos, análise textual, etc. Contextualizar, problematizar, historicizar os conhecimentos podem gerar uma importância maior para o que virá a ser abordado para ter um nexo com o presente e com a realidade concreta tendo em vista que essa formação possa propiciar mudanças sociais mediante os sujeitos participantes deste curso.

As metodologias assim como todo este plano de curso serão reinventados e atualizados conforme encontros coletivos, formações pedagógicas e outros momentos formativos que os educadores do IFPA possam a vir participar.

12 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O IFPA possui o Regulamento Didático-Pedagógico do Ensino do de 2015 e dentre tantas diretrizes e normas de funcionamento ele trata de questões

referentes a avaliação da aprendizagem e este servirá para nortear o referido curso em voga, assim como outros estudiosos que tratam deste tema.

Segundo o Regulamento Didático-Pedagógico do Ensino do IFPA (2015, p. 77) “a avaliação da aprendizagem deve ser um processo amplo, contínuo, gradual, cumulativo, sistemático e cooperativo envolvendo todos os aspectos qualitativos e quantitativos”. Destarte não podemos pensar em avaliação da aprendizagem apenas como uma atividade pontual e muito menos utilizar um único tipo de instrumento avaliativo.

Avaliação é conceituada de deferentes formas por vários autores, Haydt (2004) apresenta os conceitos a partir de Bloom, Hastings e Madaus que são os seguintes:

A avaliação é um método de coleta e de processamento dos dados necessários à melhoria da aprendizagem e do ensino. A avaliação inclui uma grande variedade de dados, superior ao rotineiro exame inscrito final. A avaliação auxilia no esclarecimento das metas e dos objetivos educacionais importantes e consiste num processo de determinação da medida em que o desenvolvimento do aluno está se processando da maneira desejada. A avaliação é um sistema de controle de qualidade pelo qual se pode determinar, a cada passo do processo ensino – aprendizagem, se este está sendo eficaz ou não; e caso não esteja, indica que mudanças devem ser feitas a fim de assegurar sua eficácia antes que seja tarde demais. Finalmente, a avaliação é um instrumento na prática educacional que permite verificar se os procedimentos alternativos são igualmente eficazes na consecução de uma série de objetivos educacionais (HAYDT, 2004, p. 13).

José Carlos Libâneo cita o professor Cipriano Carlos Luckesi o qual define avaliação como

uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino e aprendizagem que auxilia o professor a tomar decisões sobre o seu trabalho. Os dados relevantes se referem às várias manifestações das situações didáticas, nas quais o professor e os alunos estão empenhados em atingir os objetivos de ensino. A apreciação qualitativa desses dados, por meio da análise de provas, exercícios, respostas dos alunos, realização de tarefas etc., permite uma tomada de decisão para o que deve ser feito em seguida (LIBÂNEO, 2016, p. 217).

A partir do que diz Luckesi, Libâneo defini avaliação escolar como:

um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes

A partir das indicações acima a avaliação da aprendizagem escolar refere-se a uma constatação de uma realidade a partir de dados que são verificados e analisados para se constatar o resultado que sinalizará o alcance dos objetivos propostos, os quais poderão indicar caminhos possíveis para a tomada de decisão e então conquistar a eficácia ou melhorias desejadas que é a qualidade no ensino e aprendizagem. Por se tratar de um processo que envolve o estudante, o conhecimento e o professor, todos estes são referências neste trajeto de avaliação e no que se pretende.

Avaliar é um conceito abrangente que abarca o testar e o medir, este último tem o teste como uma de suas formas de medida; a avaliação compreende julgar, apreciar a partir de e interpretar aspectos quantitativos e qualitativos apurados pelos instrumentos de avaliação (HAYDT, 2004).

Vários são os tipos de técnicas e instrumentos de avaliação dentre tais temos: aplicação de provas, prova oral, escrita dissertativa ou objetiva; observação, registro diário, roteiro de entrevista; auto avaliação e entre outros. Os instrumentos recomendados são aqueles que estiverem previsto e indicados no plano pedagógico do curso, os quais necessitarão de apreciação do setor pedagógico do *campus*: “elaboração e execução de projeto; experimento; pesquisa bibliográfica; pesquisa de campo; prova escrita e/ou oral; prova prática; produção técnico-científica, artística ou cultural e seminário” (CONSUP, 2015, p. 78).

A recomendação didática do IFPA é que os instrumentos de avaliação sejam utilizados de forma diversificada ou seja que não usem apenas um tipo, por exemplo a utilização de prova como único quesito de verificação do rendimento escolar, além disso existem parâmetros para avaliação qualitativa da aprendizagem que são:

Domínio cognitivo – capacidade de relacionar o novo conhecimento com o conhecimento já adquirido; cumprimento e qualidade dos trabalhos acadêmicos – execução de tarefas com requisitos previamente estabelecidos no prazo determinado com propriedade, empenho, iniciativa, disposição e interesse; capacidade de realizar trabalhos acadêmicos em grupo com disposição, organização, liderança, cooperação e interação na atividade grupal; autonomia – iniciativa, capacidade de compreensão, de tomar decisão e/ou e propor alternativas para solução de problemas (CONSUP, 2015, p. 70)

Os educadores possuem estes indicativos para desenvolverem seus planos de ensino e de aula, assim como todas as ações concernentes ao curso para construir atividades de ensino e aprendizagem para propiciar uma formação que

possa garantir autonomia para este estudante. Acrescenta-se a estas orientações o direcionamento de ter como base as atividades dos profissionais que já atuam na área de segurança do trabalho e que seja utilizado todos os indicativos de experiências advindas dos grupos destes trabalhadores.

Segundo o regulamento didático (CONSUP, 2015), quanto ao fechamento das avaliações bimestrais das disciplinas, este ocorrerá em dois momentos e com previsão de prova final para os que não conseguirem a média da avaliação final, a classificação será em notas de 0 a 10 com média de 7 para a aprovação de acordo com as fórmulas seguintes:

$$MF = \frac{1^a \text{ BI} + 2^a \text{ BI}}{2} \geq 7,0$$

MF = Média Final

BI = Avaliação Bimestral

Quando o estudante não atingir a média final maior igual que 7 a avaliação seguirá a fórmula abaixo:

$$MF = \frac{MB + PF}{2} \geq 7,0$$

MF = Média Final

MB = Média Bimestral

PF = Prova Final

Mediante as estratégias dos educadores do curso e da instituição, serão desenvolvidas a recuperação da aprendizagem para que não haja uma defasagem do estudante. As ações de recuperação devem estar previstas no plano de ensino da disciplina.

A recuperação paralela da aprendizagem deverá desenvolver-se de modo contínuo e paralelo ao longo do processo pedagógico, tendo por finalidade corrigir as deficiências do processo de ensino e aprendizagem detectada ao longo do período letivo (CONSUP, 2015, p. 78).

Dentre as atividades que podem ser contempladas para o processo de recuperação da aprendizagem temos:

Atividades individuais e/ou em grupo, como pesquisa bibliográfica, experimento demonstração prática, seminários, relatório, portfólio, provas

escritas ou orais, pesquisa de campo, produção de textos; produção científica, artística ou cultural; Oficinas e etc (CONSUP, 2015, p. 78).

O estudante não poderá reprovar em três ou mais componentes curriculares, caso isso ocorra será necessário cursar estas disciplinas no período letivo seguinte de acordo com o regulamento didático do IFPA, documento do qual deverá ser consultado referente aos critérios e procedimentos de avaliação no processo de ensino-aprendizagem, assim como outras questões do ensino que não estão referendadas aqui neste PPC.

13 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

A importância aos conhecimentos e experiências que os estudantes possuem são respeitados nos cursos do IFPA e devem ser considerados nas atividades formativas como motivadores das aprendizagens construindo significados para quem participa do processo de ensino.

“O estudante poderá solicitar aproveitamento de estudos já realizados ou certificação de conhecimentos adquiridos por meio de experiências vivenciadas, inclusive fora do ambiente escolar” (CONSUP, 2015, p. 80).

Antes de iniciar o curso os estudantes trazem uma bagagem de experiências e dependendo de quais são podem servir como aproveitamento no curso de técnico em segurança do trabalho, desde que estejam relacionadas com esta respectiva formação que foram desenvolvidos:

1) em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio; 2) em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante; 3) em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante; 4) por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional (BRASIL, 2012, p. 10).

A comprovação e análise e parecer do aproveitamento será feito pela coordenação do curso.

14 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

No entanto estas atividades recebem apoio da equipe pedagógica do *campus* que mediante suas ações no decorrer do ano letivo promovem avaliações que podem contribuir para o objetivo de um ensino de qualidade e que pode ser desenvolvido por instrumentos desenvolvidos em conjunto com os professores.

Uma das etapas de avaliação do curso poderá ser mediante instrumentais que serão produzidos em conjunto com os professores e técnicos educacionais atrelados ao ensino. Os instrumentos de avaliação devem conter alguns itens básicos como: disciplinas e atividades acadêmicas específicas do curso; corpo técnico e docente do curso; espaços educativos (sala de aula, laboratórios, biblioteca); autoavaliação do aluno.

As avaliações do curso podem acontecer em períodos pré-determinados pelos responsáveis de acordo com o que já foi mencionado e também pela direção de ensino, coordenação do curso ou por outra ordem superior. Alguns momentos avaliativos que geralmente acontece nas escolas é o conselho de classe, mas o próprio curso pode organizar um procedimento específico para acontecer estas verificações.

A avaliação interna ou auto avaliação deve ser entendida como parte do processo de aprendizagem, uma forma contínua de acompanhamento de todas as atividades que envolvem o Curso. Dentro desse princípio, a avaliação deve envolver todos os agentes nos diferentes serviços e funções que dão suporte ao processo de formação profissional, sendo elemento central da instituição de ensino, para tanto, é necessário que a CPA – Comissão Própria de Avaliação desenvolva os trabalhos de análise e diagnostico do processo Ensino aprendido do campus Altamira.

A avaliação deverá seguir alguns critérios e parâmetros conceituais constantes em fichas de avaliação (instrumentos pedagógicos). Tais como:

- a) Itens que avaliam o desempenho dos docentes;
- b) Serviços prestados pelos técnicos administrativos no atendimento ao público e demais atividades do curso;
- c) Estruturas físicas da instituição que oferta o curso no tocante ao atendimento das necessidades básicas para que o aluno permaneça no decorrer do curso;

- d) A coordenação do curso, objetivando melhorias dos procedimentos didáticos-pedagógicos utilizados no curso;
- e) Avaliação das disciplinas e atividades acadêmicas específicas do curso;
- f) Auto avaliação do aluno.

Assim a avaliação poderá acontecer da seguinte forma:

- Questionários aplicados aos alunos e professores sobre o desempenho destes pela Comissão Própria de Avaliação – CPA do campus;
- Em seminários sobre o processo de ensino-aprendizagem, realizados no início dos semestres, com a participação de alunos e de professores;
- Por meio de pesquisas para levantamento do perfil do aluno, contendo estudo sobre procedência, expectativas quanto ao curso.

15 SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Comissão Própria de Avaliação – CPA foi instituída com a função de coordenar e articular o processo interno de avaliação do campus, seu objetivo é “contribuir para o aprimoramento da qualidade institucional e impulsionar mudanças no processo acadêmico de produção e disseminação do conhecimento, bem como promover a cultura de auto avaliação e aprimoramento do Instituto Federal do Pará”.

O sistema de Avaliação interno ou auto avaliação será regido pelo regulamento e ações que norteiam o trabalho da CPA do campus, que estará ligada a CPA institucional, que dentre suas ações, está de manter um processo de avaliação junto aos discentes, docentes, técnicos administrativos e comunidade, de forma a oferecer parâmetros de conhecimento das ações que balizaram o planejamento e intervenção em relação aos cursos, TAE, discentes, comunidade e docentes do Campus Altamira.

16 DESCRIÇÃO DO CORPO SOCIAL DO CURSO

A seguir são identificados e listados os nomes que compõem o quadro de Docentes e Técnicos do IFPA – Campus Altamira.

16.1 DOCENTES

Quadro23 - Corpo Docente para o curso Técnico de Segurança do Trabalho.

Nome	CPF	Titulação	Regime Trabalho
Brena Pollyanna Pereira Mota	839.271.402-44	• Licenciatura em Português, Inglês e respectivas literaturas; • Especialização em Ensino-Aprendizagem em Inglês e suas respectivas literaturas	DE
Caio Túlio Pompeu Borges	010.860.852-21	• Graduação em Administração Pública; • Especialização em Estratégia de Negócios e Inovação Empresarial.	DE
Fernanda dos Santos Sousa	945.025.952-68	• Graduação em Engenharia Civil; • Especialização em Segurança no Trabalho	DE
Isaac Harillo Jerez	05727163706	• Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais ; • Doutor em História	DE
Laísa Maria de Resende Castro	01369179332	• Graduação em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas ; • Mestrado em Botânica	DE
Lucas Celestino Azevedo Pereira	93963343249	• Graduação em arquitetura e Urbanismo;	DE

		• Mestrado em Engenharia Mecânica na subárea de Vibrações e Acústica.	
Sandriely da Anunciação Furtado	96904097272	• Graduação Em Engenharia Civil; • Especialização em Segurança no Trabalho.	DE
VanderleneCovre Rocha	522.936.022-49	• Graduação em Ciência da Computação; • Mestrado em Engenharia Elétrica - Computação Aplicada.	DE

16.2 TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

Quadro24 - Técnicos administrativos para o curso de Segurança do Trabalho.

Nome	Função
Elioenai de Oliveira Costa	Diretor de Ensino
Bruno Francisco Araújo	Técnico em assuntos educacionais
Mauricio Neubson Medeiros Gonçalves	Coordenador de Biblioteca
Antonio Junior Estumano de Almeida	Bibliotecário
Maria IvanilseSousaPaiva	Auxiliar de Biblioteca
Rosangela Maria Torres Emerique	Pedagoga
Mariano Luiz Sousa Santos	Pedagogo
Rufinode Jesus Alves	Coordenador TI
Marta Mary Medeiros Lougon	Secretaria Acadêmica
Cristiane Gomes dos Santos	Secretaria Acadêmica
Marcelo Reis Sena	Coordenador Assistência Estudantil
Denison Ribeiro de Almeida	Assistente de Aluno
Sônia Mara Mendes	Assistente Social

17 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

Segundo o CNCT (2016) para o curso técnico em segurança do trabalho existe uma orientação de estrutura mínima para que o mesmo possa ter suas atividades em prol da formação do estudante e também com respeito ao professor que necessitará de condições na intenção de alcançar os objetivos propostos em seus planejamentos de ensino. A infraestrutura mínima requerida de acordo com CNTC (2016):

Biblioteca e videoteca com acervo específico e atualizado; laboratório de informática com programas específicos; laboratório de higiene ocupacional e ergonomia; laboratório de equipamentos de proteção individual; laboratório de suporte básico à vida; laboratório de proteção contra incêndios (CNTC, 2016, p. 245).

O não atendimento a estes requisitos básicos poderá comprometer na qualidade do ensino ofertado, mesmo que para o alcance das necessidades formativas de um profissional da área de segurança do trabalho assim como na formação de modo geral passa pela influência também de fatores extra pedagógicos.

Nesse sentido o Campus Altamira possui a seguinte estrutura física disponível ao Curso Segurança do Trabalho:

Quadro25 - Infraestrutura Física Campus Altamira.

ESPECIFICAÇÃO	QUANT.
Auditório	01
Biblioteca	01
Laboratório de higiene Ocupacional e Ergonomia	01
Laboratório de equipamentos de proteção individual	01
Laboratório de Informática	01
Quadra poliesportiva	01
Refeitório/Cozinha	01
Sala de aula Teórica	05
Sala de pesquisa	01
Sala dos Professores	01
Secretaria Acadêmica	01

Banheiros	02
Sala de Coordenação de Curso	01

17.1 LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

O laboratório de Informática possui 40 (trinta) computadores com softwares específicos para as disciplinas e aulas práticas do Curso Técnico de Segurança no Trabalho, seu layout permite ao educando desenvolver atividades individual e/ou em dupla conforme a orientação do docente proporcionando ao docente maior flexibilidade para desenvolver seu plano de aula.

17.2 LABORATÓRIO DE HIGIENE OCUPACIONAL E ERGONOMIA

O laboratório de higiene Ocupacional e Ergonomia possui equipamentos e mobiliário dispostos em layout, que permite aos alunos desenvolver atividades teóricas e práticas, inclusive em grupos, no mesmo ambiente proporcionando ao docente maior flexibilidade para desenvolver seu plano de aula.

17.3 LABORATÓRIO DE LABORATÓRIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Este laboratório possui equipamentos e mobiliário dispostos em layout, que permite aos alunos desenvolver atividades teóricas e práticas, inclusive em grupos, no mesmo ambiente proporcionando ao docente, flexibilidade para desenvolver seu plano de aula.

17.4 LABORATÓRIO DE SUPORTE BÁSICO À VIDA; LABORATÓRIO DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS

Estes laboratórios estão em pleno processo de aquisição de itens, conforme consta no processo que encontra-se em transito na SIPAC - Processo 23051.009947/2018-13

18 ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO

A articulação do ensino com a pesquisa e extensão no Eixo de Segurança, será promovida pela Direção de Ensino, Direção de Pesquisa, Direção de Extensão e Inovação (DIPEXT) atendendo as diretrizes da educação profissional e a própria lei que criou os Institutos Federais, as atividades de ensino no campus Altamira deverão estar associadas à pesquisa e a extensão para o desenvolvimento dos discentes.

Esse processo acontece por meio de seminários, oficinas e minicursos que terão como objetivo principal o desenvolvimento das competências técnicas e profissionais que contribuam para a elaboração de pesquisas teóricas e aplicadas no campus. Além disso, contribuirá para que os discentes possam se preparar para a elaboração de projetos de pesquisa e extensão para concorrer aos editais de pesquisa e extensão da Instituição e do Campus Altamira.

Outra forma de interação com a pesquisa e extensão está nas parcerias com outras instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de cursos, estágios, aplicação de tecnologia, desenvolvimento de pesquisa e inovação tecnológica bem como atividades de extensão dentro das próprias disciplinas do Curso através de intervenções diretamente com a comunidade.

19 POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

A inclusão social é um tema que requer atenção redobrada, pois a exclusão se dar em todos os âmbitos sociais e momentos da vida cotidiana, não é uma questão específica das instituições de ensino, tão pouco são resolvidas com melhorias ou adaptações prediais ou infraestruturas e insumos, mas é algo além disso, pois está intimamente ligado com o comportamento atitudinal de cada cidadão, passa pela formação de cada ser e da forma de agir e se comportar em cada situação em que entra em jogo o discernimento da inclusão ou exclusão social.

A inclusão ou exclusão vai desde características físicas até mesmo econômicas, portanto social. A invisibilidade social é um exemplo de exclusão social que marginaliza silenciosamente muitas pessoas, seja dentro das instituições entre os próprios funcionários públicos ou com as pessoas que dessas necessitam utilizar, assim como outros vários locais que há a interação social.

A educação inclusiva remete-nos a reflexão e construção de atitudes de respeito à diversidade, de promoção da cidadania através da efetivação de políticas públicas promotoras de educação de qualidade para todos. Nesse sentido, o IFPA – *Campus* Altamira, vem trabalhando de forma a criar tais possibilidades. Para isso, procura instrumentalizar sua gestão nos princípios éticos, políticos e filosóficos que norteiam os dispositivos legais da Educação Inclusiva fundamentando-se na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação e em outros dispositivos legais como a Lei 10048/2000, Lei 10098/2000, decreto-lei 5296/2004, decreto 3298/1999 e a Lei 7853.

A educação inclusiva remete-nos a reflexão e construção de atitudes de respeito à diversidade, de promoção da cidadania através da efetivação de políticas públicas promotoras de educação de qualidade para todos. Nesse sentido, o IFPA – *Campus* Altamira, vem trabalhando de forma a melhorar tais possibilidades que permitam:

- Recurso didático-pedagógico adequados e /ou adaptados à pessoa com deficiência;
- Acesso às dependências do Campus;
- Pessoal docente e técnico capacitado;
- Políticas de assistência ao aluno;
- Tratamento no âmbito do curso das atividades de uma forma global.

O *campus* Altamira na oferta da educação tem o compromisso e o desafio de efetivar ações que atendam às necessidades reais de suas demandas educacionais, promovendo o acesso, a permanência e sucesso dos alunos.

Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, dos sistemas de comunicações e informação, da ampliação e do fortalecimento de implementação de tecnologias assistivas, do incentivo e apoio na realização de eventos pedagógico-científicos voltados para a educação inclusiva, da efetivação de parceria com entidades e instituições públicas e privadas voltada a ações inclusivas, do desenvolvimento de política de formação continuada aos docentes, da instrumentalização de materiais didáticos pedagógicos que devem ser disponibilizados nos processos para o ingresso e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão.

São ações desafiadoras que requer apoio financeiro necessário para implementação de ações inclusivas, não basta apenas ideias ou legislações pois isso já existe, o ensino técnico subsequente ao ensino médio é uma modalidade que recebe pessoas concluintes do ensino básico e que estão ansiosos para iniciar a vida profissional, alguns fizeram isto antecipadamente por necessidades econômicas e sociais.

20 DIPLOMAÇÃO

Após a integralização dos componentes curriculares será conferido ao egresso o Diploma de Técnico em Segurança do Trabalho subsequente ao ensino médio. A integralização deve ocorrer dentro do limite legal previsto no Projeto Pedagógico do Curso: limite mínimo e máximo. A integralização do curso ocorrerá mediante a conclusão das seguintes atividades:

- Disciplinas: aprovação em todas as disciplinas;
- Estágio profissional supervisionado: execução e homologação junto a Coordenação de Estágio e Egresso;
- Atividades complementares: desenvolver atividades complementares de pesquisa ou extensão;
- Projeto Integrador: obtenção de conceito apto.

Desta forma o profissional habilitar-se-á de acordo com as funções e competências exigidas neste projeto pedagógico de curso.

A solicitação de diploma dar-se-á mediante preenchimento de formulário próprio.

- Nada consta da coordenação de pesquisa e extensão, referente a atividades complementares;
- Nada consta da coordenação de eixo tecnológico, referente ao aproveitamento de atividades complementares e/ou referente aos Projetos Integradores;
- Nada consta da biblioteca;
- Nada consta do departamento de estágio e egressos;

A solicitação de emissão de Diploma deverá ser protocolada na secretaria do Campus Altamira.

REFERÊNCIAS

BRASIL, LDB, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 3ª edição. Brasília: MEC, 2016.

_____. Lei 11788 de setembro de 2008 – Dispõe sobre o estágio dos estudantes e dá outras providências.

_____. Parecer nº 35 do CNE/CEB de 2003 – trata das normas para organização e realização de estágio de alunos do ensino médio e da educação profissional.

_____. Resolução nº 6 de 2012 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

_____. Decreto Nº 5.154 de 23 de julho de 2004.

_____. Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

_____. Lei nº 10.639 de 09 de janeiro 2003.

_____. Lei nº. 12.711 de 2012.

_____. Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 2006.

_____. Lei nº.11.788/2008.

_____. Parecer CNE/CEB Nº. 11/2012.

_____. Parecer CNE/CEB nº 11, 2012.

_____. Parecer CNE/CEB nº. 35/2003.

_____. Parecer nº03 de 09/07/2008.

_____. Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico- Área Informática, 2000.

_____. Resolução CNE/CEB Nº. 06/2012.

_____. Resolução CNE/CEB nº 06 de 2012.

_____. Resolução Nº. 020/2016-CONSUP, 03 de março de 2016.

_____. Resolução Nº. 217/2014-CONSUP, 18 de dezembro de 2015.

CONSUP. Resolução nº 41 de 2015 - trata do Regulamento Didático-Pedagógico do Ensino do IFPA.

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem**. São Paulo, Editora Ática, 2004.

INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. **Regulamento Didático Pedagógico Do Ensino**, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo, Cortez, 2016.

NETO, Manoel Aires da Silva. Políticas Públicas, Propaganda e Movimentos Sociais na Amazônia do Período Militar. **XXVI Simpósio Nacional de História – Conhecimento Histórico e Diálogo Social**. 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1394142879_ARQUIVO_PAPER.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2015.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n.34 jan./abr. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a11v1234 .pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a11v1234.pdf)>. Acesso em: 19 jan. 2017.